

E LÁ SE VÃO PARA AS MINAS: PERFIL DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS DESPACHADOS DA BAHIA PARA AS GERAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Alexandre Vieira Ribeiro
Doutorando do Programa de Pós-Graduação
em História Social – UFRJ

Área: História Econômica e Demografia Histórica
Seção Temática: Sistemas escravista em Minas Gerais

Resumo

O porto de Salvador foi um dos principais receptores de mão-de-obra africana enquanto perdurou no Brasil o comércio transatlântico de escravos. De lá, muitos cativos foram redirecionados para diversas praças mercantis da América portuguesa, com destaque para a capitania de Minas Gerais. Devido à exploração mineral esta região foi um grande sorvedouro de braços africanos na primeira metade do Setecentos. Após o auge da atividade mineral, as minas continuaram a absorver os escravos que desembarcavam em Salvador, mesmo que de forma reduzida se comparado com a primeira parte do século. Esta comunicação, portanto, a partir da análise dos registros de despachos de escravos feitos em Salvador na segunda metade do século XVIII, tem como objetivo traçar o perfil desse negócio, bem como o padrão demográfico da escravaria remetida para as minas.

Palavras-chave: comércio de escravos; Bahia; Minas Gerais; século XVIII.

E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as *Gerais* na segunda metade do século XVIII

Alexandre Vieira Ribeiro*

O desenvolvimento da economia colonial brasileira esteve desde seu início atrelado à mão-de-obra escrava. Num primeiro momento, foi o índio a principal força motriz. Porém, ainda no século XVI, desembarcaram no litoral da América portuguesa as primeiras levas de africanos. No Setecentos, a presença do africano nas lavouras baianas e pernambucanas já era superior a do nativo. Invariavelmente, a reposição desta mão-de-obra se dava via tráfico atlântico. Dentro desta lógica econômica, o porto de Salvador, na Bahia, desempenhou papel imprescindível na importação de africanos e no abastecimento de escravo aos mercados regionais do nordeste e demais áreas do interior do Brasil, tornando-se um dos principais portos negreiros das Américas. De um comércio incipiente durante os séculos XVI e XVII, o tráfico expandiu-se ao longo dos anos seguintes, tornando-se uma atividade mercantil lucrativa.

O escravo africano chegava ao porto de Salvador num estado de exaustão física e moral após a longa travessia do Atlântico que durava em torno de dois meses. Em sua terra de origem, fora capturado, posto a ferros, separado de seus familiares, percorrera longas distâncias até ser embarcado em navios apinhados de africanos, onde conheceu as desventuras de uma viagem forçada, convivendo com os maus tratos dos seus condutores, a fome, a sede, a promiscuidade, as doenças e a morte. Ao desembarcar, seu proprietário o via como um importante investimento de capital. Muitos desses novos escravos eram destinados ao interior e cidades litorâneas da América portuguesa. Nos séculos XVI e XVII, os escravos eram direcionados primordialmente para regiões de pequenas dimensões, próximas ao porto de desembarque, áreas onde se cultivava a cana-de-açúcar. A venda do africano se fazia ou por leilão ou de um particular a outro. Neste período, os circuitos de redistribuição de cativos africanos ainda não eram tão desenvolvidos quanto os posteriormente constituídos nos séculos XVIII e XIX. Tratava-se, portanto, de um circuito pequeno de compra e venda.

Com a descoberta das jazidas de metais e pedras preciosas no interior da América portuguesa na última década do século XVII, incrementou-se a demanda por escravos na colônia, gerando um aumento no volume de africanos desembarcados na Bahia (cf. tabela 1). Neste momento, os circuitos de redistribuição de cativos tornaram-se mais complexos, com o surgimento de levas de comerciantes ligando o mercado de Salvador àqueles que necessitavam de mão-de-obra no interior da colônia. Muitos desses redistribuidores eram também traficantes atlânticos.

* Alexandre Vieira Ribeiro é doutorando de História na UFRJ e bolsista do CNPq.

Tabela 1 - Estimativas de africanos desembarcados na Bahia, 1582-1851

Ano	# de escravos	Ano	# de escravos	Ano	# de escravos
1582-1690	29 538	1741-50	87 694	1801-10	89 066
1691-1700	76 528	1751-60	75 833	1811-20	113 376
1701-10	85 719	1761-70	66 751	1821-30	99 437
1711-20	109 283	1771-80	73 267	1831-40	12 142
1721-30	106 962	1781-90	76 539	1841-51	64 329
1731-40	89 985	1791-1800	93 259	TOTAL	1 349 724

Fonte: Apêndice 1

Os negociantes da Bahia, desde o início da mineração, perceberam a oportunidade de grandes lucros na redistribuição de cativos para as áreas de mineração, uma vez que nestas regiões o preço de venda do escravo era bem superior ao de Salvador e à área do Recôncavo baiano. Além disso, recebiam em ouro, enquanto os senhores de engenho da Bahia pagavam a esses traficantes com açúcar, muitas vezes comprometendo a safra seguinte.¹ Logo, a lavoura baiana ressentiu-se da mão-de-obra africana, gerando descontentamento e queixas dos plantadores e senhores de engenho. A Coroa resolveu intervir, expedindo um alvará, delimitando o número de escravos que podiam ser remetidos para as “minas”, sob o risco de punição para aqueles que desobedecessem as ordens reais.² Contudo, esta legislação logo se mostrou ineficiente. Muitos baianos, principalmente os comerciantes negreiros, argumentavam que alguns escravos não serviam para trabalhar na lavoura e deveriam estar disponíveis para a venda às minas. Até mesmo alguns senhores de terras passaram a disponibilizar parte de seu plantel para a venda às *Gerais*. Mais forte que o temor da lei era a ganância dos baianos em lucrar com as lavras de ouro.

A Coroa também lucrava com o fluxo de cativos entre o porto de Salvador e o circuito aurífero. O cargo de contratador do recolhimento dos direitos, que os comerciantes deviam pagar para redistribuir os cativos pela América lusa, era leilado no Conselho Ultramarino, em Lisboa. O valor da taxa que devia ser paga ao contratador por cada “tratante” variava conforme o destino intencionado. Em 1757 Francisco da Silva Pereira arrematou por um período de três anos o contrato das saídas dos escravos das capitânicas da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro que se dirigiam pela primeira vez para as “minas”, por um valor anual de 30:285\$000 livres para a Fazenda Real. O contrato estipulava que se cobraria 4\$500 por escravo que saísse das capitânicas do Rio de Janeiro e Pernambuco e 9\$000 quando partisse da Bahia.³ O escravo deveria obrigatoriamente ser despachado pela Provedoria da Fazenda Real. Estavam isentos de pagarem essa taxa os senhores que viajavam com escravos acompanhantes e os moradores do “caminho das minas” que

¹ SCHWARTZ, S., Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 166.

² APEB, col. ms., *Ordens Régias de 20-1-1701*. Este alvará estipulou que os paulistas só podiam adquirir duzentos cativos de Angola por ano, comprados no porto do Rio de Janeiro para trabalhos nas minas.

³ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Mç 626, “Contrato da saída dos escravos da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco 1757”, pp. 1-2.

levassem escravos para trabalharem em suas lavouras e não os passassem para as “minas”. Caso cometesse esse delito, o infrator seria preso e castigado por cada escravo descaminhado.⁴

O caminho percorrido pelas tropas carregadas de escravos saídas de Salvador em direção a capitania mineira era feito por via marítima (com escala no Rio de Janeiro) ou por via terrestre (costeando o rio São Francisco). Os traficantes baianos foram os principais fornecedores de trabalhadores escravos para as minas pelo menos até a segunda década do século XVIII, quando os cariocas tomaram a frente dos negócios, não só pela abertura de uma nova rota ligando o porto carioca às lavras mineiras, como também pela aproximação entre os agentes econômicos do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Raphael Santos e Carolina Corrêa constataram que 60% dos escravos africanos inventariados na Comarca do Rio das Velhas (MG), entre 1713-33, eram originários da Costa Ocidental, mais precisamente da Costa da Mina, principal fonte abastecedora do tráfico internacional baiano.⁵ Mesmo após a Bahia ser desbancada pela praça carioca, Santos e Corrêa constataram que havia uma igualdade no percentual de escravos (49%) originários da África Ocidental e da África Centro-Ocidental nesta comarca mineira,⁶ caracterizando que apesar de não mais representar o mercado preferencial e estratégico da reposição de cativos, a Bahia pôde ter exercido um papel complementar para o atendimento da demanda nas diversas regiões das *Gerais* ao longo do Setecentos.

Podemos corroborar tal assertiva observando a tabela 2. Cerca de 6.000 cativos por ano entraram na capitania mineira entre 1739-1759, sendo a Bahia responsável por aproximadamente 35% (c. de 2.100) do total desse volume. Por essa tabela é também ratificada a preponderância do comércio negreiro do Rio de Janeiro com Minas Gerais.

Tabela 2: Flutuações na importação de escravos na capitania de Minas Gerais saídos da Bahia e Rio de Janeiro (1739-1759)

Triênio	Bahia	Rio de Janeiro
1739-41	9 200	11 900
1742-44	-	12 000
1745-47	7 300	12 000
1748-50	6 670	10 670
1751-53	6 670	10 700
1754-56	6 670	11 010
1757-59	6 330	6 850

Fonte: Goulart, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 170.

⁴ Idem, p. 2.

⁵ SANTOS, Raphael & CORRÊA, Carolina. “A trajetória econômica da comarca do Rio das Velhas: um estudo das estruturas de posse de escravos e as relações com o mercado internacional de escravos (século XVIII)”. Comunicação apresentada no *II Simpósio sobre Escravidão e mestiçagem*, Belo Horizonte, 06-08 de março de 2006. (texto inédito).

⁶ Idem.

A partir da análise dos registros de despachos de escravos de Salvador, localizados no código 249 que se encontra sob a guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), foi possível verificar uma redução no volume de cativos enviados para a capitania de Minas Gerais na década de 1760, período de redução da atividade mineradora. A tabela 3 nos mostra que, entre 1760 e 1770, cerca de 60% dos cativos da Bahia eram remetidos para as minas (média anual de 916). Ao acreditarmos que todo o escravo que saiu de Salvador tenha alcançado a região das *Gerais* vivo, teremos uma queda de mais de 50% dos escravos importados pela capitania mineira oriundos da Bahia, se compararmos com o período anterior analisado por Goulart.

A necessidade de mão-de-obra em outras regiões de mineração, como Goiás, Mato Grosso e o interior da Bahia (minas de Jacobina e rio das Contas), possivelmente contribuíram no decréscimo do volume de escravos enviados para a capitania mineira. Cerca de 10% dos escravos saídos de Salvador partiram para Goiás na década de 1760. Em 1767, essa taxa chegou a 1/3. Outro dado importante a observar é o aumento do número de escravos remetidos para o interior do nordeste, área tradicionalmente voltada à agricultura. Se observarmos ainda a tabela 3, notamos que áreas como Alagoas, Piauí e, principalmente, Bahia (interior), conheceram uma expansão no número de escravos comprados em Salvador a partir de meados da década de 1760, atingindo cerca de 10%. Este acréscimo nos últimos anos deve estar relacionado à recuperação da economia agrícola do nordeste brasileiro, tanto dos produtos de exportação como açúcar e fumo, quanto os voltados para o abastecimento do mercado interno como a farinha de mandioca e a pecuária.

Um outro fator que poderia explicar a redução da importação de mão-de-obra escrava da Bahia para Minas Gerais seria o incremento do tráfico atlântico estabelecido no porto do Rio de Janeiro em meados do século XVIII, aumentando, portanto, a oferta e remessas de cativos desta praça para as “minas”. Desta forma, a capitania mineira se via menos dependente do fluxo comercial baiano.

De todo modo, embora os números de entradas de escravos nas Minas durante o Setecentos ainda sejam precários, alguns estudos mostram uma tendência decrescente no número de importações de cativos para algumas localidades.⁷ *Grosso modo*, as altas taxas do começo do século XVIII, começam a cair por volta da metade do século (décadas de 40 e 50, para São João e Catas Altas, e 50, para Ouro Preto, por exemplo). Esta queda prevalece até a década de 1790. O século XIX inicia-se, portanto, com as importações de escravos africanos para algumas regiões mineiras em seu ponto mais baixo desde a introdução do escravismo na região.

Mesmo estando em queda a importação de cativos, Minas Gerais continuou sendo o destino que concentrava as maiores remessas de escravos da cidade de Salvador (cf. tabela 3). Talvez esses escravos não estivessem sendo remetidos apenas para a mineração, mas também para atividades econômicas majoritariamente voltadas para o mercado interno, constituído de pequenos e médio

⁷ LIBBY, Douglas. *Notes on the slave trade and natural increase in Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries*. November, 2004. (draft), *apud* SANTOS & CORRÊA, *op. cit.*

senhores.⁸ Desta forma, o desempenho da economia mineira possibilitou que esta capitania permanecesse como um dos grandes pólos de demanda por africanos ao longo do século XVIII e no XIX.

⁸ Nos últimos vinte anos alguns estudos apontam para a reorientação econômica da capitania mineira após o *boom* da mineração, demonstrando a complexidade da formação econômica e social em Minas Gerais. Cf. SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: *Cadernos IFCH-UNICAMP*, nº 17, 1985; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994; CARRARA, Ângelo Alves. *As minas e os currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

Tabela 3: Remessas anuais de escravos africanos e crioulos por Capitania saídos de Salvador (1760-70)

Ano	Minas Gerais (a)		Rio de Janeiro (b)		Bahia (c)		Pernambuco (d)		Rio Grande do Sul		Goiás (e)		Mato Grosso (f)		Piauí		Alagoas (g)		Colônia de Sacramento		Outros (h)		Total		
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
1760	1669	93,8	25	1,4	13	0,7	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	1,7	0	-	1779	100
1761	779	64,0	21	1,7	25	2,0	8	0,7	0	-	310	25,5	0	-	6	0,5	68	5,6	0	-	0	-	1217	100	
1762	1389	80,0	104	6,0	41	2,4	12	0,7	4	0,2	153	8,8	0	-	0	-	0	-	0	-	32	1,8	1735	100	
1763	1181	69,3	109	6,4	75	4,4	41	2,4	10	0,6	225	13,2	3	0,2	2	0,1	5	0,3	0	-	54	3,1	1705	100	
1764	920	79,7	21	1,8	17	1,5	2	0,2	0	-	173	15,0	0	-	0	-	1	0,1	2	0,2	18	1,5	1154	100	
1765	849	67,3	14	1,1	21	1,7	8	0,6	0	-	324	25,7	0	-	14	1,1	0	-	31	2,4	1	0,1	1262	100	
1766	826	64,2	14	1,1	37	2,9	55	4,3	4	0,3	243	18,9	62	4,8	1	0,1	2	0,1	16	1,2	27	2,1	1287	100	
1767	542	46,8	150	13,0	41	3,6	18	1,6	0	-	374	32,3	9	0,7	3	0,2	1	0,1	0	-	21	1,7	1159	100	
1768	562	25,6	751	34,1	326	14,8	20	0,9	34	1,5	247	11,2	6	0,3	92	4,2	18	0,8	0	-	143	6,5	2199	100	
1769	461	38,7	121	10,1	278	23,3	30	2,5	0	-	65	5,4	12	10,1	32	2,7	5	0,4	22	1,8	57	4,9	1191	100	
1770	903	36,1	749	29,9	503	20,1	19	0,7	5	0,2	55	2,2	19	0,7	50	2,0	5	0,2	42	1,7	151	6,1	2501	100	
1760-70	10081	58,7	2079	12,1	1377	8,0	21	1,2	57	0,3	2211	12,9	21	1,3	19	1,1	43	0,2	211	1,2	504	3,0	1719	100	
70							4					9			4								1		

Fonte: APEB, *Código 249*.

OBS: (a) Inclui as regiões de Itacambira, das minas de Arassuaí, Curumataí, Paracatu, do rio das Mortes, do rio das Velhas, Serro do Frio e Traíras,

(b) Inclui a cidade do Rio de Janeiro, e regiões de Parati e Campos dos Goitacases;

(c) Inclui as regiões de Caetete, Cairu, Camamu, Caravelas, Cotinguiba (Comarca do Sergipe), Comarca do Espírito Santo, Ilhéus, Inhambupe de Cima, Jacobina, Porto Seguro, Serra do Tiúba, serfões do rio São Francisco, do rio das Contas, do rio Pardo e do rio Preto;

(d) Inclui as regiões de Olinda e Recife;

(e) Inclui as regiões das minas do rio Verde, de Natividade, de Tocantins, de São Félix e Vila Boa de Goiás;

(f) Inclui as minas de Cuiabá;

(g) Inclui as regiões de Maceió e Penedo

(h) Inclui as Províncias de São Paulo, Ceará, Paraíba, Santa Catarina e regiões não definidas.

Tabela 3.1: Remessas de escravos novos por Capitania frente ao tráfico atlântico em Salvador (1760-70)

Ano	Minas Gerais (a)		Rio de Janeiro (b)		Bahia (c)		Pernambuco (d)		Rio Grande do Sul		Goiás (e)		Mato Grosso (f)		Piauí		Alagoas (g)		Colônia de Sacramento		Outros (h)		Tráfico Atlântico			
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
1760	164	21,9	25	0,3	13	0,2	0	-	0	-	40	0,5	0	-	0	-	0	-	30	0,4	0	-	0	-	7465	100
1761	722	10,2	14	0,2	19	0,3	1	0,0	0	-	295	4,1	0	-	0	-	0	-	68	1,0	0	-	0	-	7102	100
1762	132	20,8	94	1,5	27	0,4	2	0,0	4	0,1	146	2,3	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	32	0,5	6357	100
1763	113	19,4	103	1,8	75	1,3	39	0,7	10	0,2	216	3,7	3	0,0	2	0,0	5	0,1	0	-	0	-	50	0,9	5826	100
1764	895	26,5	21	0,6	17	0,5	1	0,0	0	-	172	5,1	0	-	0	-	1	0,0	2	0,0	2	0,0	18	0,5	3381	100
1765	838	13,5	12	0,2	32	0,5	8	0,1	0	-	319	5,1	0	-	14	0,2	0	-	31	0,5	0	-	0	-	6220	100
1766	802	8,2	11	0,1	31	0,3	53	0,5	4	0,0	239	2,4	62	0,6	1	0,0	1	0,0	14	0,1	14	0,1	27	0,3	9772	100
1767	517	7,0	140	1,9	37	0,5	16	0,2	0	-	364	5,0	9	0,1	2	0,0	0	-	0	-	0	-	17	0,2	7327	100
1768	524	6,9	729	9,7	287	3,8	19	0,2	31	0,4	246	3,3	0	-	86	1,1	12	0,2	0	-	0	-	128	1,7	7535	100
1769	413	5,5	81	1,1	238	3,1	16	0,2	0	-	49	0,6	118	1,6	22	0,3	5	0,1	21	0,3	21	0,3	49	0,6	7561	100
1770	895	15,8	721	12,7	491	8,7	12	0,2	5	0,1	55	1,0	19	0,3	42	0,7	5	0,1	42	0,7	42	0,7	145	2,6	5670	100
1760-70	970	13,2	195	2,6	125	1,7	167	0,2	54	0,1	214	2,9	211	0,3	169	0,2	29	0,0	208	0,3	208	0,3	466	0,6	74216	100
	2	1	1	1	7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: APEB, Códice 249; Apêndice 1.

OBS: As mesmas da tabela 3.

A demografia dos escravos despachados

Ainda analisando os registros de despachos de escravos da Bahia entre 1760-70, verificamos que quase a totalidade do volume da escravaria enviado para as minas era de africanos (99,7%), caracterizando uma forte dependência deste fluxo de mão-de-obra frente ao tráfico atlântico. Esta característica da redistribuição pode estar baseada numa questão de ordem demográfica: o baixo índice de reprodução natural dos escravos na colônia, o que acarretava numa necessidade constante de se repor a mão-de-obra via comércio internacional. Porém, podemos vislumbrar por traz desses números uma questão de caráter político do sistema escravista na América portuguesa: não eram interessantes a compra e a circulação de crioulos pela colônia. Vender um crioulo significava separá-lo de sua família, de seus amigos, o que poderia gerar conflitos que viessem a desestabilizar o sistema. Era comum a fuga de escravos no percurso entre a moradia de seu ex-senhor até o seu novo “lar”. Muitos se revoltavam fugindo ou agredindo o seu senhor frente a uma possível venda.

A alta taxa de africanidade também foi observada por Fábio Pinheiro estudando as remessas de cativos do Rio de Janeiro para Minas Gerais entre 1809-30. Pelos seus cálculos, cerca de 80% dos cativos que tiveram sua naturalidade informada nos registros eram africanos, sendo nativos os 20% restante.⁹ Portanto, percebemos que a não opção da inserção do escravo crioulo (nativo) no mercado ocorreu ao longo do tempo.

Tendo em vista o perfil dos escravos despachados (quase a totalidade de africanos), demonstrando um forte vínculo com o tráfico internacional, podemos entender esse fluxo de mão-de-obra da Bahia para as diversas praças mercantis da América lusa como um trecho complementar da rota transatlântica – a *terceira perna do tráfico*.¹⁰ É importante ressaltar que não estava excluída a possibilidade de encontrarmos nesses registros despachos que sejam caracterizados como sendo “tráfico interno” - realizado por proprietários que revendiam seus escravos para outras capitanias em função da demanda de mão-de-obra. Porém, a idéia de rota complementar é reforçada quando observamos mais detalhadamente as características dos escravos despachados. Dos escravos africanos, aproximadamente 96% eram novos, recém chegados a Salvador, o que diminui bastante a possibilidade de tráfico interno. Entre 1728 e 1748, período de grande produtividade mineral, calcula-se que 40% dos africanos recém desembarcados no porto de Salvador tenham sido redirecionados para “minas”.¹¹ Já no período de 1760-70, época de declínio da atividade mineradora, houve uma queda

⁹ PINHEIRO, Fábio. “Tendências demográficas no tráfico de escravos para Minas Gerais e nas Capitanias/Províncias do Centro-Sul: 1809-1830”. Comunicação apresentada no *II Simpósio sobre Escravidão e Mestiçagem*, Belo Horizonte, 06-08 de março de 2006. (texto inédito).

¹⁰ Denominamos de terceira perna do tráfico atlântico o deslocamento do escravo entre o porto de desembarque na América portuguesa até o seu destino no interior do continente. Já a primeira perna era o percurso do sertão africano (interior) até os portos de embarque no litoral e a segunda a própria travessia do Oceano Atlântico. Tal expressão foi cunhada por Roberto Martins num estudo sobre as remessas de cativos do Rio de Janeiro para Minas Gerais no início do século XIX e apresentada numa conferência *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6.ª Conferência Internacional de História de Empresas*, realizado em Caxambu (MG), 2003.

¹¹ GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 165.

significativa nesses números. Apenas 13% dos novos que chegaram a Salvador foram remetidos para a capitania mineira, como observamos na tabela 3.1.¹² De todo modo, como dito anteriormente, o grosso da escravaria que saía da Bahia para as “minas” era composto de africanos novos. Isso reforça também a idéia de que a sociedade colonial privilegiava a inserção do cativo boçal com uma questão política, em detrimento do nativo e do africano ladino, que já estava ambientado no mundo colonial, e era conhecedor de seus códigos e provavelmente já teria constituído laços de amizade e solidariedade em seu novo ambiente. Florentino e Goés estudando famílias escravas no Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o XIX apontam que quando ocorria a partilha entre herdeiros, cerca de 75% das famílias escravas encabeçadas por crioulos permaneciam unidas. Já para aquelas encabeçadas por africanos ladinos, tal cifra alcançava 90%.¹³ Afonso Graça Filho analisando as famílias escravas em São José das Mortes no período de 1743-1850 constatou que cerca de 96% dos casais de cativos foram mantidos juntos no momento da partilha.¹⁴ Estas taxas evidenciam o respeito que os senhores tinham com a estabilidade dos laços familiares construídos no cativo, retirando esses escravos do mercado, reafirmando a idéia da opção pelo africano novo.

Para além do perfil da naturalidade, podemos ainda apontar algumas outras características demográficas desses escravos que saíam da Bahia e eram levados para as áreas de mineração das *Gerais*. Sabemos que no conjunto dos escravos despachados no período de 1760-70 a taxa de africanos novos (recém-desembarcados) chegou a atingir cerca de 96%. De acordo a uma vasta historiografia, a razão de masculinidade no tráfico transatlântico aproximava-se de uma taxa de 3/1.¹⁵ Muitos negreiros acreditavam que as mulheres não resistiriam a longa travessia do Atlântico, outras acabavam perecendo no percurso do interior africano aos portos de embarque no litoral. Além disso, existia uma forte demanda por mulheres escravas no Oriente Médio, elevando o preço da cativa africana em algumas localidades na África, o que acaba acarretando num baixo volume de embarque de mulheres. Sendo assim, podemos supor que aproximadamente 75% dos cativos despachados no referido período deveriam ser do sexo masculino. Florentino analisando as remessas de escravos africanos transacionados no

¹² Para um período posterior (1819-33), João Fragoso e Roberto Guedes constataram que Minas Gerais absorveu cerca de 17% (59.029) dos escravos recém-desembarcados no porto do Rio de Janeiro, equivalente a 82,1% dos escravos africanos remetido para as Gerais. Cf. FRAGOSO, João Luís & FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada: despachos de escravos e passaportes da Intendência da Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História Quantitativa, UFOP, 2000, p. 8.

¹³ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 116-7.

¹⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de Alecastro & PINTO, Fábio C. Vieira. “Famílias escravas em São José do Rio das Mortes, 1743-1850”. Comunicação apresentada no *II Simpósio sobre Escravidão e mestiçagem*, Belo Horizonte, 06-08 de março, 2006. (texto inédito).

¹⁵ Essa taxa significa que para cada 100 mulheres eram embarcados 300 homens. Cf. CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: Wisconsin University Press, 1969; KLEIN, Herbert. *The middle passage (Comparative studies in the atlantic slave trade)*. Princeton: Princeton University Press, 1978; MANNING, Patrick. “Escravidão e mudança social na África”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.º: 21, 1988, pp. 8-29; FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

mercado do Valongo (Rio de Janeiro) verificou que dos 15.907 cativos envolvidos neste comércio, 2.249 tiveram discriminado o sexo, constatando uma proporção de três homens para cada mulher.¹⁶

Do mesmo modo que sugerimos o padrão sexual dos escravos despachados a partir do tráfico internacional, podemos fazer o mesmo em relação à idade dessa escravaria. Deviam ser adultos os escravos remetidos para Minas Gerais, pois segundo a historiografia a maioria dos africanos transportados para as Américas era formada por adultos (entre 15 e 49 anos). Poucos se arriscariam a comprar crianças, uma vez que elas ainda não estariam plenamente desenvolvidas para fazer trabalhos pesados. Apostar na criação de uma criança escrava por doze ou quatorze anos até esta atingir a idade de trabalho seria um investimento arriscado para os donos de terras e minas. Florentino no mesmo estudo mencionado no parágrafo anterior constatou que dos 393 escravos africanos que tiveram a idade registrada, aproximadamente 80% eram adultos, ratificando o peso do tráfico transatlântico na configuração demográfica dos escravos despachados.¹⁷ Para além do fato do padrão do comércio internacional ser de adultos, o longo percurso feito a pé entre a Bahia e as propriedades senhoriais em Minas, quase excluiria as crianças desse tráfico terrestre. Portanto, podemos estabelecer que o padrão demográfico preponderante dos cativos despachados para as minas a partir de Salvador, era de africanos novos, do sexo masculino e de idade adulta.

Para onde se dirigiam os escravos em Minas Gerais?

Embora a prospecção de metais e pedras preciosas na década de 1760 não mostrasse o mesmo vigor que em anos anteriores, a atividade mineradora ainda exercia papel importante na vida econômica da capitania mineira. A força de tal atividade pode ser verificada observando-se o gráfico 1. Se pensarmos a capitania mineira dividida *grosso modo* entre dois grandes espaços econômicos, “minas” e “sertão”,¹⁸ podemos sugerir que quase a totalidade dos escravos saídos da Bahia eram direcionados para a extração mineral. Se ainda o termo genérico “minas” nos suscite dúvidas a despeito do destino final dos escravos, uma análise sobre a documentação coeva pode dirimir nossas questões. Como apontado no início do texto, só estaria isento do pagamento da taxa de despachos para Minas Gerais o cativo que estivesse acompanhando o seu senhor ou fosse trabalhar nas lavouras mineiras. Observando os registros de envios de escravos para as “minas” notamos que aproximadamente 80% contabilizam o pagamento dos “direitos devidos”.¹⁹ Nos parece um indício claro que esses cativos dirigiam-se para as

¹⁶ FLORENTINO, *op. cit.*, p. 58-9.

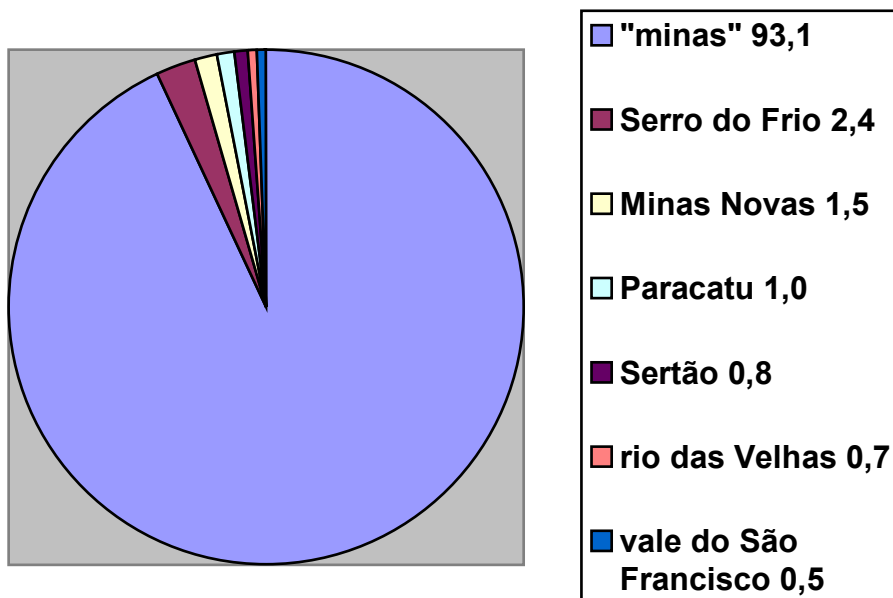
¹⁷ *Idem*, p. 221.

¹⁸ A terminologia minas ou “minas gerais” no século XVIII designava regiões como Mariana, Ouro Preto, Sabará e Caeté, regiões do circuito aurífero. Outras regiões que podiam ser designadas minas seriam Paracatu, Serro e Minas Novas. Essas regiões se distinguiam do sertão, esta última por ser passagem para as regiões auríferas e espaços de plantação e pecuária. Sobre a distinção de espaços econômicos da Capitania de Minas Gerais cf. CARRARA, Ângelo. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1676-1807)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997 (tese de doutorado inédita), cap. 1.

¹⁹ APEB, Códice 249.

lavras mineiras, que mesmo não estando mais no ápice de sua produtividade geravam uma constante demanda por mão-de-obra.

Gráfico 1 - Porcentagem de escravos remetidos de Salvador para as diversas espaços econômicos de Minas Gerais, 1760-70



Fonte: APEB, *códice 249*.

Esta hipótese ganha fôlego quando analisamos os dados obtidos por Raphael Santos e Carolina Corrêa trabalhados num estudo mencionado anteriormente. Segundo estes pesquisadores, a comarca do Rio das Velhas (abrangeia entre outras as praças de Sabará, Roça Grande, Santa Luzia e Pitangui), após o auge da mineração, passou por um decréscimo do ritmo econômico diminuindo substancialmente as relações comerciais, inclusive o fluxo de cativos entre esta localidade e a praça do Rio de Janeiro. No entanto, os mesmo autores percebem que o fluxo mercantil com a Bahia, apesar de provavelmente ter diminuído na segunda metade do Oitocentos, teria permanecido com certo fôlego.²⁰

Observando os dados trabalhados por Santos e Corrêa, percebemos uma envergadura maior do tráfico de africanos da Bahia para a comarca do Rio das Velhas frente à participação carioca. Entre os anos de 1754-73, a taxa de escravos inventariados oriundos da costa Centro-Occidental africana (49%) era praticamente igual ao da costa Occidental (48%). Surpreendentes são os dados para os anos compreendidos entre 1774-1793, pois houve uma diminuição brusca na proporção de escravos da África Centro-Occidental, que passaram a representar

²⁰ SANTOS & CORRÊA, *op. cit.*

apenas 35% dos cativos inventariados, contra 63% da África Ocidental.²¹ É importante salientar que neste momento, a proporção de desembarques de escravos na América portuguesa, originário da África Ocidental era de aproximadamente 1/3, frente ao peso de quase 60% dos que provinham da África Centro-Ocidental, concentrando-se o desembarque desses últimos no porto do Rio de Janeiro, enquanto os primeiros representavam majoritariamente o maior volume de recém-chegados na Bahia.²² Desta forma, segundo Santos e Corrêa a escravaria da comarca do Rio das Velhas apresentava, no final do século XVIII, um perfil diferenciado quanto à origem dos escravos se comparados com os plantéis do sudeste do Brasil.²³ Esta diferenciação pode ser entendida como uma reaproximação da comarca do Rio das Velhas com a praça mercantil baiana. Num contexto de desaceleração econômica, esta região mineira pode ter enfrentado dificuldade para continuar atuando na praça carioca, devido a concorrências de outras praças regionais.²⁴ A opção pela Bahia se deu, portanto, como uma forma de substituir a outrora intensa ligação com o Rio de Janeiro. É possível pensar que essa opção tratava-se de uma estratégia dos mineiros. Sabedores da grande habilidade que os escravos da Costa da Mina possuíam com a mineração, é natural aventar que o deslocamento para o mercado internacional de Salvador buscava obter aqueles africanos que melhor lidavam nas lavras, talvez como uma última tentativa de fazer reviver a época dourada da mineração na comarca ou garantir lucros mínimos com os veios auríferos. Esta hipótese corrobora os dados presentes no gráfico1 que nos indicam serem direcionados para os veios auríferos o grosso da escravaria remetida da Bahia para as Gerais.

Tendo em vista tudo o que foi apontado acima, podemos inferir que a rota do comércio de escravos para as *Gerais* era parte de um complexo sistema de deslocamento humano que se iniciava no interior do continente africano e se encerrava nas lavras mineiras. Mesmo após o auge da atividade mineradora na segunda metade do Oitocentos, eram as lavras que demandavam em Minas Gerais a maior quantidade de mão-de-obra, cabendo a Bahia um papel secundário no atendimento desta demanda, uma vez que era o Rio de Janeiro o principal fornecedor de braços para as minas desde a segunda década do século XVIII. De todo modo, pelo menos até 1770, a capitania mineira foi o destino de quase 60% dos escravos que partiam de Salvador, sendo que em algumas regiões, provavelmente representou a principal fonte fornecedora de cativos. Essa conexão comercial alimentada pelo tráfico internacional moldou o perfil da escravaria que

²¹ Idem.

²² O perfil do escravo africano transportado nos negreiros baianos se diferenciava daquele encontrado para a América portuguesa durante a segunda metade dos Oitocentos. A taxa de africanos da costa ocidental que aportavam em Salvador girava em torno de 65%, sendo o restante proveniente da região Congo-angolana. Cf. RIBEIRO, Alexandre Vieira. "The Trans-Atlantic Slave Trade to Bahia (1582-1851)". (no prelo).

²³ SANTOS & CORRÊA, *op. cit.*

²⁴ Segundo Santos e Corrêa, a comarca do Rio da Mortes, embora tenha passado por um declínio econômico, manteve laços estreitos com a praça do Rio de Janeiro, abastecendo-a de produtos alimentícios. Não obstante, o perfil do escravo africano nesta localidade se assemelha mais aqueles do sudeste do Brasil, sendo maior a proporção de africanos oriundos da região Congo-Angola. Cf. SANTOS & CORRÊA, *op. cit.*

se deslocava tal qual o perfil dos escravos desembarcados nos negreiros na baía de Todos os Santos: africanos novos, adultos do sexo masculino.

Apêndice 1: Estimativa do número de escravo desembarcado na Bahia,
1582-1851

Ano	Número de escravos	Ano	Número de escravos	Ano	Número de escravos	Ano	Número de escravos
1582	166	1712	14 256	1759	5 459	1806	11 448
1610	356	1713	13 872	1760	7 465	1807	10 350
1611	361	1714	13 927	1761	7 102	1808	6 535
1650	2 134	1715	10 082	1762	6 357	1809	8 163
1651	356	1716	10 418	1763	5 826	1810	13 851
1652	711	1717	10 400	1764	3 381	1811	8 791
1653	356	1718	8 441	1765	6 220	1812	11 153
1661	356	1719	9 405	1766	9 772	1813	10 962
1664	711	1720	8 878	1767	7 327	1814	8 779
1665	361	1721	8 548	1768	7 535	1815	11 792
1671	1 778	1722	7 228	1769	7 561	1816	9 213
1676	717	1723	9 368	1770	5 670	1817	12 841
1677	711	1724	17 106	1771	7 441	1818	13 016
1678	711	1725	11 775	1772	4 600	1819	16 792
1679	708	1726	12 883	1773	5 568	1820	10 037
1680	1 778	1727	9 777	1774	7 861	1821	9 040
1681	474	1728	12 963	1775	8 950	1822	13 997
1682	356	1729	11 877	1776	7 799	1823	4 177
1683	356	1730	5 437	1777	3 497	1824	4 692
1684	1 857	1731	12 965	1778	8 140	1825	6 571
1685	2 490	1732	7 287	1779	6 402	1826	14 248
1686	1067	1733	8 038	1780	13 009	1827	16 197
1687	2 134	1734	10 199	1781	12 583	1828	7 378
1688	1 778	1735	7 767	1782	11 869	1829	15 784
1689	2 490	1736	9 028	1783	8 509	1830	7 353
1690	4 265	1737	9 022	1784	9 385	1831	352
1691	5 335	1738	9 290	1785	6 470	1832	352
1692	5 019	1739	7 084	1786	7 270	1833	1 253
1693	2 846	1740	9 305	1787	2 127	1834	456
1694	4 980	1741	3 798	1788	4 867	1835	1 401
1695	5 335	1742	10 192	1789	7 104	1836	1 055
1696	7 509	1743	5 580	1790	6 355	1837	702
1697	10 671	1744	12 214	1791	6 707	1838	1 275
1698	13 803	1745	4 403	1792	6 965	1839	2 828
1699	8 909	1746	6 908	1793	9 062	1840	2 468
1700	12 121	1747	12 761	1794	13 034	1841	1 471
1701	8 904	1748	9 244	1795	11 504	1842	4 452
1702	8 181	1749	10 390	1796	8 139	1843	3 111
1703	8 181	1750	12 204	1797	8 100	1844	6 601
1704	7 120	1751	7 355	1798	9 147	1845	2 935
1705	6 047	1752	9 639	1799	9 816	1846	7 504
1706	7 825	1753	9 794	1800	10 785	1847	11 019
1707	13 200	1754	5 842	1801	7 255	1848	7 119
1708	8 121	1755	7 034	1802	4 125	1849	10 056
1709	9 248	1756	8 462	1803	8 130	1850	9 461
1710	8 892	1757	7 267	1804	9 886	1851	600
1711	9 604	1758	7 516	1805	9 323	TOTAL	1 349 724

Fonte: ELTIS, David & RICHARDSON, David. *The Trans-Atlantic Slave Trade: a Dataset on cd-rom* (inédito).